



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONSELHO DE ALTOS ESTUDOS E AVALIAÇÃO TECNOLÓGICA		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0108/11	DATA: 16/03/2011
INÍCIO: 14h30min	TÉRMINO: 15h44min	DURAÇÃO: 01h16min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h16min	PÁGINAS: 28	QUARTOS: 15

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Sugestões de temas para debate no Conselho.

OBSERVAÇÕES
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Sras. e Srs. Deputados; Sr. Paulo Motta e Sra. Jeanne, nossos assessores, bom dia.

Este Conselho é constituído de 11 titulares e de 11 suplentes, mas não fazemos diferença entre titulares e suplentes. Aqui são discutidos os problemas mais importantes do País. O Conselho funciona bem, e tudo aqui é feito por consenso.

Hoje estamos estudando duas matérias que considero das mais importantes: um novo marco legal para o setor mineral — já estamos em fase bem avançada — e a capacitação das micro e pequenas empresas brasileiras.

Sabe-se que hoje 58% dos empregos gerados no País o são pelas pequenas e microempresas, mas também acontece que a maior parte delas fecham antes mesmo de completar 1 ano por falta de poder de competitividade. Precisamos não só lhes dar conhecimentos técnicos, mas viabilizar sua informatização, a fim de que tenham condições de competir no mercado de trabalho.

Saúdo os colegas presentes, entre eles nosso querido Newton Lima, que foi Reitor da Universidade de São Carlos e que nos tem dado contribuições relevantes, e o Deputado Padre José Linhares, que foi Relator de duas matérias importantíssimas: a Lei de Responsabilidade Fiscal e a nova Lei das Licitações. Fizemos aqui um seminário a respeito com a participação dos Secretários de Fazenda e depois o Conselho realizou um trabalho sobre isso.

Saúdo o Deputado Pastor Marco Feliciano, grande Parlamentar que veio nos ajudar. Saúdo meu companheiro e amigo Deputado Pedro Uczai e também o Deputado Jesus Rodrigues. Saúdo ainda, com todo o carinho, o Deputado Jorge Tadeu Mudalen, meu colega de Mesa e amigo de muitos e muitos anos nesta Casa.

Feitas essas saudações, vou dar início aos trabalhos. Estamos em fase de recebimento de sugestões. Os dois primeiros já estão em fase de conclusão. Precisamos agora receber sugestões sobre a pauta deste semestre — pretendemos discutir duas ou três matérias neste semestre e outras duas ou três no seguinte.

Há uma sugestão de nosso querido colega Newton Lima, que esteve em contato com nossa Consultoria Legislativa.

Aproveito para dizer que nós possuímos a melhor consultoria do Brasil, e nossos consultores são todos funcionários da Casa. Nosso Secretário Executivo é o



Consultor-Geral da Câmara. Seja qual for o assunto a ser discutido aqui, podemos colocar três ou mesmo quatro assessores à disposição do Relator.

Assim, e graças a Deus, este Conselho tem podido dar muitas contribuições ao País. O *biodiesel* nasceu aqui, com nosso colega Ariosto Holanda. Nasceu aqui a revitalização do Projeto Um Computador por Aluno — UCA. Nasceu aqui a universalização da banda larga. Nasceu aqui o mercado de *software* no Brasil. Nasceu aqui a Lei do Pré-sal — quando ainda Chefe da Casa Civil, a então Ministra Dilma Rousseff me pediu ordem para utilizar vários dispositivos da nossa Lei do Pré-Sal, e foi este Conselho quem primeiro falou em partilha. Em vez de seguir o modelo de pagar *royalties*, seguimos o modelo de partilha, porque ninguém sabe em quanto vai ficar esse petróleo no futuro.

Discutiu-se também aqui energia nuclear, mas, depois do grave acidente recém-ocorrido na usina de Fukushima, no Japão, entendo ser conveniente voltarmos a discutir essa matéria.

Pois bem, passo a palavra ao Deputado Newton Lima para explicar sua proposta para este ano, já aprovada. S.Exa. já fez uma primeira reunião com seus assessores e em nosso próximo encontro trará um roteiro de trabalho para que comecemos a discutir o importante tema da inovação, propriedade e patentes.

O Brasil é com frequência denunciado por pirataria, e isso acontece porque não registramos nossas patentes. Pirata maior não há do que a China, que não tem lei de inovação, não tem patente, não tem nada, mas nós é que pagamos um preço muito alto.

Enfim, passo a palavra ao ilustre Deputado Newton Lima, pedindo desculpas por me ter demorado com a palavra, o que justifico pelo meu grande entusiasmo por este Conselho.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Sr. Presidente Inocêncio Oliveira, esteja certo de que sua vibração nos contagia.

Meus cumprimentos a V.Exa. e a todos os membros, já indicados pelos respectivos partidos, do Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica.

Entusiasmou-me participar deste Conselho exatamente por seus objetivos e por sua história, que tenho acompanhado como acadêmico. Tenho certeza absoluta



de que, a exemplo dos anos anteriores, vamos produzir bons trabalhos sobre os temas os mais inovadores.

Em reunião na Comissão de Ciência e Tecnologia, falei ao Presidente Bruno Araújo sobre a necessidade de pautarmos a energia nuclear e de trazermos o Presidente da CNEN para nos falar sobre nossos projetos de ampliação das usinas nucleares, abordando os riscos envolvidos e os pontos vulneráveis — precisamos saber se são comparáveis aos que levaram ao acidente ocorrido no Japão.

Enfim, num primeiro momento, a Comissão de Ciência e Tecnologia, em conjunto com a Comissão de Minas e Energia, deverá aprovar a vinda do Presidente da CNEN. Creio que poderemos estender o convite aos membros do Conselho para que nós depois possamos verificar, no seu âmbito, que estudos poderão ser derivados dessa realidade que nos aflige a todos no momento.

Atendendo à solicitação de nosso Presidente, na semana retrasada, quando pude participar, por indicação do Partido dos Trabalhadores, da primeira reunião deste Conselho, me dediquei a levantar um conjunto de questões que dizem respeito ao relevante tema da inovação tecnológica.

Todos sabemos que o Brasil está muito avançado em termos de produção acadêmica — somos o 13º país do mundo que mais produz, muitas vezes acima da média mundial, mas, do ponto de vista de registro de patentes, ou seja, de colocar o conhecimento produzido em nossas universidades e institutos na linha de produção, aí ocorre um conjunto de fenômenos que nos impede de atingir esse objetivo.

Um deles — não só esse, porque temos de rever marcos legais — é a necessidade de capital de risco para implantar inovações em nosso parque produtivo, bem a de um banco específico de fomento à inovação, ou pelo menos de um programa nessa direção. Precisamos ainda formar mais engenheiros, pois, por falta de investimentos no passado, temos formado muito poucos e precisado importar esses profissionais, dado o extraordinário desenvolvimento de nossa economia. Enfim, há um elenco enorme, enorme é exagero, mas há pelo menos 10 pontos fulcrais que respondem pela dificuldade de o Brasil colocar nas empresas de capital nacional dados que as demais colocam na sua linha de produção, aquilo que produzem de conhecimento, e os patenteiam ou nos Estados Unidos ou no exterior, e um dos problemas aqui identificados comumente pelas entidades empresariais dos



diversos setores e pelos acadêmicos é a dificuldade que temos de registrar patentes no País.

O tema da propriedade intelectual parece ser uma caixa-preta. Para desvendarmos, abriremos essa caixa-preta, este Conselho deve apresentar propostas indicativas ou executivas, ou mesmo derivar daqui propostas e projetos de lei que venham a agilizar esse procedimento.

Sr. Presidente, estive ontem numa reunião da UNIFESP — Universidade Federal de São Paulo —, que é uma grande produtora de conhecimento na área médica, na área de saúde, e uma professora perguntava exatamente isto para o Presidente do CNPq: como podemos ajudar o pesquisador não só daquela universidade, mas das demais, a se aproximar do setor produtivo e fazer com que o conhecimento ali gerado ajude a melhorar a vida da população, sobretudo numa área em que importamos muito, que é área da saúde — o Brasil tem um déficit comercial extraordinário na balança de saúde. Eu me referi à comissão presidida por V.Exa., dizendo que já havíamos aprovado a realização de uma audiência, para a qual vamos chamar o CNPq, a FINEP, o segmento dos empresários das principais entidades, a CNTI, que tem hoje um movimento chamado Mobilização Empresarial pela Inovação — MEI — e congrega empresários bastante expressivos da nossa economia, interessados no tema das patentes também. Junto ao Ministro Pimentel, já identifiquei quais são as pessoas do MDIC que podem vir contribuir na discussão desse tema. Descobri algumas universidades que têm especialistas, com livros publicados sobre a temática em questão, e estamos junto com o Paulo Couto e a sua equipe.

Aliás, permita-me um parêntese: o Presidente falou a quem está assumindo o mandato pela primeira vez nesta Casa a respeito da qualidade do corpo técnico de assessores legislativos que nos apoiam e nos apoiarão. Quero dizer que sou testemunha disso, porque fiz uma única reunião — Paulo, muito obrigado — e fiquei muito bem impressionado pela altíssima, elevada qualificação dos assessores que vão nos ajudar no desenvolvimento dos novos estudos.

Fecho o parêntese para falar que, como disse o Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, estamos trabalhando para trazer um roteiro de trabalho. Na próxima reunião, já haverá uma proposta de encaminhamento de convites, de



reuniões públicas, para que possamos formar uma ideia e, daqui a alguns meses, dentro do cronograma que vamos também propor à consideração do Conselho, apresentar à Nação um livro da densidade dos demais publicados que explore, no seu íntimo, as contradições, os obstáculos, os óbices de um setor que é estratégico para o desenvolvimento nacional.

Eram essas as considerações preliminares. Agradeço a confiança e o entusiasmo do Presidente que, mais uma vez, está sempre nos incentivando a produzir conhecimento no âmbito do Legislativo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Quero lhe dizer que vamos fazer aqui uma exposição sobre a Política Espacial Brasileira. Este Conselho de Altos Estudos foi o único a publicar, em dois volumes, livro sobre a Política Espacial Brasileira, e eu gostaria que ele fosse distribuído a todos os membros do Conselho.

Nesse livro analisamos todos os detalhes e demos soluções para que, em curto prazo, o Brasil possa adotar essa Política Espacial Brasileira e assim possamos nos tornar autossuficientes não só na produção de foguetes, mas sobretudo na de satélites. Quem não tiver conhecimento sobre o universo enfrentará problema muito difícil no futuro.

O Brasil já é a sexta maior economia do mundo hoje, graças a Deus. Já passou a França e está apenas abaixo dos cinco maiores, Estados Unidos, China, Japão, Alemanha e Reino Unido. A sexta economia é o Brasil. Já passamos a França, Itália, já passamos tudo.

Saúdo o nosso colega Luciano Moreira, membro deste Conselho, que nos honra, mais uma vez, com a sua presença.

Como disse anteriormente, vamos fazer essa exposição sobre a Política Espacial Brasileira e distribuir esses livros. Já pedimos ao Senado Federal para que libere um espaço. Vamos usar o Salão Negro e o Salão Branco do Congresso Nacional.

Quero dizer, meu caro Newton Lima, que mantemos contado direto com as universidades. Elas têm sido para nós um importantíssimo centro de informações.



Todos os trabalhos publicados são distribuídos a todas as universidades do Brasil, graças a Deus. E me honra muito presidir este Conselho.

Uma coisa que eu também gostaria de dizer é que na última reunião propus que não entrássemos em paralelismo com as Comissões Permanentes. É muito ruim o Conselho estudar uma coisa que as Comissões Permanentes estão fazendo. Não fazemos isso. Se a Comissão Permanente está fazendo, saímos do circuito e nos agregamos para saber o que se está passando e assim por diante.

Então, propus na última reunião que analisássemos a caixa-preta dos nossos telefones celulares, da telefonia celular móvel. Todas as empresas hoje têm problemas sérios e a ANATEL não está sendo capaz de fiscalizar bem. E outra coisa: as contas são de um jeito que você não entende. É conta em cima de conta oferecendo vantagens mirabolantes e, quando você vê, não tem vantagem nenhuma. Diariamente, nos meus dois celulares, um daqui e meu particular, aparecem mensagem da Tim oferecendo todo tipo de vantagem. *(Risos.)* Desconfio muito disso porque não tenho contrato com nenhuma dessas empresas.

Precisamos, portanto, estudar essa questão. Traremos a ANATEL primeiro e depois os representantes das quatro maiores empresas: Tim, Oi, Claro e Vivo. Vamos tentar descobrir o que fazem, dar pelo menos um freio neles e vamos pedir à ANATEL que fiscalize mais essas companhias.

Passo a palavra ao Deputado José Linhares, e qualquer um pode propor. Logo sem seguida, falará o Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Boa tarde, Sr. Presidente. Quero dizer aos senhores que este Conselho tem uma vitalidade muito grande, e devemos essa vitalidade ao nosso Presidente. Estou aqui há mais ou menos seis anos e, desde a sua fundação, S.Exa. é sempre o grande animador e o inspirador para que possamos alcançar os resultados que já são tão lisonjeiros e benéficos para o território nacional. Mas quero falar hoje sobre o tema que o nosso companheiro Newton abordou: problemas na área da saúde.

Hoje, a saúde está merecendo uma visão em profundidade. Sabemos que o nosso grande projeto social é o SUS. No entanto, vejo que o SUS pode, a qualquer momento, perder a sua finalidade.



Elencaria aqui o que chamo de os gargalos do SUS para que depois nos aprofundássemos num seminário, chamando o Ministro, depois o CONAS, o CONASEM, todos os órgãos responsáveis.

O primeiro é o financiamento. Vamos supor que haja algumas dificuldades em gestão, mas financiamento está terrível. Trabalho nesta área há 35 anos e vejo a evasão de médicos e mais médicos do sistema...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Trabalha na área e já foi Presidente das Santas Casas de Misericórdia do Brasil há muitos anos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Do Brasil e do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Ele trabalha com as Santas Casas filantrópicas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Trabalho com as Santas Casas, e elas estão sofrendo bastante em âmbito nacional.

Como eu dizia, há dificuldades de gestão, mas o grande problema é o financiamento, porque o médico hoje se evade. Por exemplo, na minha terra, a consulta de um especialista é sete reais — isso é incrível! Não encontramos mais um neurocirurgião, um hemodinamicista que vá trabalhar por uma consulta a sete reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - A consulta particular, hoje, custa 400, 450 reais.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Em São Paulo, é 600 reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - O meu médico, Dr. Camanho, de São Paulo, cobra 450 reais pela consulta.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - O meu, que é de São Paulo, é o Edson Parise, cobra 600 reais por uma consulta. E lá o SUS está pagando 7 reais.

Outro aspecto também muito sério, é um gargalo que nós temos de tentar resolver, é o do controle social, tão discutido. Infelizmente, os Conselhos, tanto Estaduais quanto Municipais e mesmo o Conselho Nacional, não têm tido a atitude de ser o órgão que catalise as aspirações do povo. É muito sério esse problema do controle social. O controle social está hoje, eu diria, restrito ao bom humor do Prefeito. Se o Prefeito se dá bem com a instituição, ele a patrocina. Seis hospitais filantrópicos, seis Santas Casas, estão fechando as portas no Ceará porque o



Prefeito achou que o provedor não votou nele. Não se trata de votar ou deixar de votar. Fechou e pronto. Apelou-se para o Conselho Municipal, que deu pouco ouvido; o Conselho Estadual deu pouco ouvido; o Conselho Nacional deu pouco ouvido.

Há outro problema que eu acho seriíssimo. E nós temos no nosso Presidente a figura de um legislador que eu diria “calcinado”, que já criou cálculo nas veias de tanto legislar. *(risos)* Mas ele é um médico e está vendo algo muito estranho no Brasil: a judicialização do processo da saúde.

Eu acompanhei há pouco, no Ceará, um caso espantoso. Para um paciente em fase terminal o juiz mandou que a Secretaria de Saúde comprasse um medicamento. Em 6 meses, a Secretaria gastou, com esse paciente, com um medicamento, 680 mil reais. Mas é ordem judicial; tem de ser cumprida.

Nós temos de estudar essa judicialização, porque o Juiz de Direito o que entende de saúde? Absolutamente nada.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Menos ainda, não é? De finanças municipais.

É importantíssimo nós pensarmos nisso.

E nós temos ainda outro problema, que já está sendo considerado e que o CONASS e o CONASEMS vão nos ajudar a desvendar. A Farmácia Popular não está alcançando a sua finalidade. Por quê? Você falou em patentes, não é? A Roche vai perder 12 patentes de medicamentos. Nós temos os genéricos, que podem ser usados como substitutos. Mas aí vem justamente a dificuldade de patentearmos os nossos medicamentos, que são medicamentos populares — antibióticos, anti-inflamatórios — e que poderiam chegar até a população pobre. A população pobre não tem acesso a medicamento. Se não encontra o que procura na Farmácia Popular, porque, embora seja item de primeira necessidade, o medicamento tornou-se produto raro para o pobre, que ganha 545 reais por mês. Se o nosso Presidente prescrever três remédios — um antibiótico, um anti-inflamatório e outro qualquer —, 545 reais não serão suficientes para aviar a receita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Vou citar apenas um caso. O captopril, remédio fundamental para o controle da pressão arterial, sob a



forma genérica custa 2 reais. Mas o Capoten, o mesmo produto, custa 25 reais. Ou seja, 12 vezes mais. Não é possível um negócio desses!

O Binotal, que V.Exas. sabem que é um antibiótico, custa de 4 a 5 reais a cápsula. O genérico custa 50 centavos.

Meus amigos, um país como o nosso precisa fazer a opção pelo genérico.

Já vem o nosso Newton Lima, graças a Deus.

Pode terminar a sua exposição, Pe. José Linhares.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Nós somos devotos do Sistema Único de Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Eu também sou.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - O SUS foi o grande passo qualitativo que se deu para o que eu chamo de universalização da saúde, para o acesso dos pobres à saúde. Sou do tempo em que ainda havia indigente. Atualmente não existe mais indigente.

Mas nós temos hoje um problema muito sério, que é o problema da urgência e da emergência. Os hospitais universitários — não sei se os hospitais universitários da terra de V.Exas. também — estão sendo sucateados no Nordeste. Eu recebi um telefonema do reitor da universidade e do diretor do hospital universitário. Ele fechou a emergência e vai fechar o serviço de alta complexidade porque não tem recursos. E o pior é que ele está tendo de terceirizar o serviço, porque não tem autorização para fazer concurso.

O Deputado Newton deve saber perfeitamente que hoje estão exíguos os concursos públicos. Então, como terceirizam o atendimento, a pessoa contratada não tem compromisso com o trabalho. Ela faz daquilo um bico. Não sei se V.Exas. sentem a mesma coisa, mas na nossa região o médico do Saúde da Família acha que está fazendo um bico.

Qual era o projeto para o médico do Saúde da Família? Ele deveria ingressar na comunidade, identificar-se com a comunidade e tentar traçar o seu perfil nosológico, acompanhando aquelas pessoas do nascimento até o envelhecimento. Mas acontece que o médico do Saúde da Família está em leilão hoje: um Município oferece tanto, outro Município oferece tanto...

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Alta rotatividade.



O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Rotatividade. Geralmente, o médico é egresso da faculdade ou então é aquele médico já cansado, que não tem mais, digamos, garra para trabalhar. Então procura uma complementação salarial.

Na minha terra, é uma coisa triste. Por exemplo: Sobral oferece 12 mil reais por um médico do Saúde da Família, e a cidade vizinha oferece 12.500 reais. Fazem um leilão.

É preciso pensar com seriedade nesse médico. Ele tem de ter formação e contratos firmes. E tem de trabalhar realmente, se não nós ficamos patinando na mesma situação, muito anterior à do período em que militávamos na saúde, quando o médico tinha vínculo com o hospital e vivia dentro do hospital. Hoje o médico não vive mais dentro do hospital.

Eu queria dizer aos nobres pares e ao nosso Presidente que o problema da saúde está merecendo um tratamento com profundidade, sobretudo atitudes e saídas. Aqui nós sempre apontamos caminhos, depois de discutir exaustivamente com quem de direito — o Ministro, o CONASS, o CONASEMS e diversos órgãos. E as nossas soluções não são, digamos, mirabolantes, não são a solução encontrada na Inglaterra ou em Cuba. Não. As soluções devem ser encontradas aqui no Brasil.

Eu diria que é importantíssimo nós nos debruçarmos sobre financiamento, controle social, judicialização e medicação, esses quatro importantes gargalos da saúde e do SUS, que acolhe os mais oprimidos nesta nossa realidade social.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Eu queria saudar o Deputado Felix Júnior, filho do meu amigo Félix Mendonça, que foi membro deste Conselho enquanto esteve nesta Casa. E relatou um importante estudo, *A Dívida Pública Brasileira*, que ainda hoje é consultado.

Eu até quero tentar estabelecer todas as séries que nós publicamos, que são três. Só a série de Cadernos do Conselho de Altos Estudos tem sete volumes já publicados. Eu quero ver se eu reconstituo tudo e distribuo aos membros do Conselho. Há trabalhos extraordinários.

Lembro que os estudos sobre crimes cibernéticos ou crimes da Internet nasceram aqui. Nós trouxemos para o seminário internacional que realizamos as maiores autoridades do mundo sobre crime cibernético. Vieram especialistas dos



Estados Unidos, da Inglaterra, de vários países. Foram 3 dias de seminário, uma coisa impressionante.

Pe. José Linhares, V.Exa. conta com o meu apoio. Acho que nós precisamos de um novo SUS. Numa consulta de 7 reais, o médico faz que atende e o paciente faz que é atendido. Essa é a verdade.

Só existe uma solução para a saúde brasileira — e não me venham com nova CPMF, sob qualquer forma, porque isso desmoraliza a saúde: a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29. Fora isso, não há mais nada. É fundamental obrigar a União a aplicar em saúde 10% do que arrecada. O Município e o Estado gastam hoje 15%. O Governador de Pernambuco está gastando mais de 20% com saúde. Por quê? Porque construiu 14 Unidades de Pronto Atendimento (UPA), ou seja, disseminou-as pela Região Metropolitana.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Eu gastava 23% quando era Prefeito de São Carlos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - E o Prefeito é obrigado a gastar 15%; o Governador do Estado, 12%.

Nós precisamos trabalhar, nós da saúde. Esse tema é importantíssimo. Eu poderia até abrir mão do meu, para que este assunto fosse estudado em profundidade. Traríamos primeiramente o Ministro Alexandre Padilha, em seguida os presidentes do CONASS, das Santas Casas, todos juntos, para nos darem as informações. E poderíamos designar o Pe. José Linhares Relator dessa importante matéria.

Tem a palavra o Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Antes de o Deputado Pedro começar, eu quero pedir licença ao Presidente e aos nobres pares, porque tenho de me ausentar para ir a um encontro com o Ministro da Saúde. S.Exa. me pediu que eu fosse até lá porque o clamor está muito grande. E me pediu que formasse um grupo de quatro ou cinco para discutir uma solução emergencial. Porque precisamos de uma solução emergencial agora, para já. Depois aprofundar-se-ia no tema.

Com a aquiescência de todos, vou me retirar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Pois não.

Tem a palavra o Deputado Pedro Uczai.



O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Deputado Inocêncio Oliveira, eu quero cumprimentá-lo e cumprimentar os demais Deputados membros deste Conselho.

E, antes de falar sobre o mérito, eu gostaria de dizer, Sr. Presidente, que a sua motivação e a sua animação me permitem dizer que é um privilégio estar num Conselho desta natureza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Eu me vejo como um privilegiado por ter merecido a confiança da minha bancada e por ter a oportunidade de integrar este Conselho de Altos Estudos. O próprio nome e a própria produção até agora nos dão uma síntese de que este grupo de Parlamentares não está numa condição de direito, mas de privilégio. E este privilégio eu quero honrar com muita dignidade, com muito esforço e com muito trabalho, para que o Parlamento brasileiro, a Câmara dos Deputados, possa através deste Conselho contribuir com o debate de assuntos fundamentais e estratégicos para o País.

Essa era a primeira observação que eu queria fazer. Humildemente, mas de forma muito sincera, declaro-me um privilegiado por ter recebido do meu Líder a indicação para, junto com os três colegas do Partido dos Trabalhadores, fazer parte deste Conselho.

Em segundo lugar, eu gostaria de saber se nós os novatos teremos acesso às publicações já produzidas pelo Conselho. Eu ficaria feliz se pudesse recebê-las.

Em terceiro lugar, um "pitaco" em relação à saúde. Eu concordo com este grande debate acerca da saúde. E acho que o Governo do Presidente Lula, que eu defendi durante 8 anos, tem uma autocrítica a fazer, entre outras: o nosso sistema de saúde precisaria ter avançado mais. E eu acredito que nós temos condições de fazer algo um pouco mais estratégico nessa área.

A formação dos médicos me preocupa. Eu também sou ligado à universidade. Muitos jovens da nossa Região Sul, não sei se pela proximidade, estão fazendo curso de Medicina em Buenos Aires, em Santa Cruz de la Sierra, em La Paz. Eu estive há pouco com o meu filho na Bolívia e visitei algumas universidades, porque essa tensão e essa demanda sempre estiveram perto de mim, quando era Deputado Estadual, quando era professor de universidade. A regulamentação da profissão dos médicos formados nesses países é um problema. Nós temos de tomar uma decisão.



Ou nós impedimos que os jovens façam curso no exterior, ou nós regulamentamos a matéria e não deixamos que os Conselhos de Medicina decidam se esse médico deve ou não trabalhar no Brasil.

Então, acho que nós temos de tomar uma decisão ou impedir que os jovens estudem em outro país, porque, se ele volta, não volta com títulos, principalmente dos países do MERCOSUL. Se estamos fazendo integração com os países do MERCOSUL, validamos esses diplomas e depois discutimos a qualidade e o acompanhamento. Há fiscalização, mas o jovem se forma em 5 anos. Eu estou me deparando com jovens que dizem: *“Estou me formando agora. O que eu faço?”* Não há condições.

E nós precisamos de médico, precisamos de novos profissionais para pensar a saúde pública deste País.

É mais um ponto desse debate, dessa pauta, da qual gostaria de participar.

Em quarto lugar — estamos chegando agora e muitos de V.Exas. já estavam neste Conselho —, alguns temas podem surgir no acúmulo do debate. Como são só quatro temas, pode haver temas que se acumulem aqui dentro de 1 mês ou 2 meses e não na primeira proposição minha. Posso ter uma proposição, mas que não seja suficiente para se fazer neste Conselho um debate estratégico. Então, acho que é uma reserva não colocar todos os temas de imediato, para que nós nos conheçamos,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Muito bem! Boa proposta.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - ... para que possamos acumular informações e superando as posições, para que fique em aberto um ou dois temas, pelo menos um tema. E, no acúmulo das nossas discussões — e estamos prevendo 4 anos de trabalho —, possamos ter um grande tema estratégico daqui a 1 mês ou 2 meses, mas que já esteja impedido de ser discutido.

Falo de forma humilde porque quero conhecer os colegas e os diferentes temas que estão sendo propostos nesta Mesa e, a partir daí, também acumular algumas discussões.

E darei outro “pitaco”, que não necessariamente pode virar um tema, mas que é sobre uma área, a meu ver, estratégica para o Brasil. Acho que a situação



energética do Japão coloca em questão; a situação do pré-sal coloca em questão, porque é uma grande contradição do País: quando tem pouco petróleo, o valor do barril aumenta muito, e se inicia o debate sobre as energias renováveis. E o Brasil, estrategicamente, pode ser o país referência para o mundo no que se refere a energias renováveis.

Duas empresas, uma espanhola e outra portuguesa, querem montar uma fábrica na minha cidade, de energia solar, já com tecnologia de segunda geração, mas não temos um marco regulatório claro na área de energia solar.

Então, se pensarmos em marco regulatório claro em PCH, que sempre foi o marco regulatório de grandes hidrelétricas — quanto às pequenas hidrelétricas, hoje temos problemas com o marco regulatório —, há carnificina e selvageria nessa área. Meus estudos de mestrado e de doutorado foram sobre essa área de energia.

Também outras alternativas de energia, agora com os leilões de energia eólica, permitem grandes complexos, grandes unidades. Mas é impossível para pequenos e microempreendedores, com o marco regulatório que existe hoje — é impossível para qualquer média brasileira —, participar de leilão de energia eólica. Ou em grandes consórcios... Pelos parques eólicos é a forma como está sendo produzida.

A questão energética é complexa. A questão nuclear está aí com Angra 3 e Angra 4, por um lado; o pré-sal, por outro lado, diminui a tensão sobre outras formas de energia.

Este Conselho de Altos Estudos poderia, a médio e longo prazos, montar um marco regulatório, a exemplo do que fizeram alguns países, que acumularam este debate bem melhor do que nós.

Eu estava acompanhando a dinâmica da Comissão de Minas e Energia e vi que, em algumas questões específicas, tem dificuldades. Por isso acho que existe esse paralelismo. Acho que algumas questões estratégicas sobre um novo marco regulatório, para o conjunto das energias...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Já está sendo estudado em alguma Comissão Permanente?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Não. Fui atrás. A princípio não há.



O novo marco regulatório para as energias renováveis serviria inclusive para o pré-sal poder sustentar essa nova política pública para o Brasil, poderia dar uma resposta ao pré-sal — de uma energia suja, digamos, para uma energia limpa — e poderia dar uma resposta à energia nuclear.

Agora, nós temos de dizer o que vamos colocar no lugar para sustentar um país com crescimento de 5% a 6% ao ano com energia. Temos a maior quantidade de dias de Sol no mundo, e a energia solar é pouca explorada.

Estamos agora montando um centro científico e tecnológico com várias universidades para certificar os painéis solares. O Programa Minha Casa, Minha Vida vai colocar energia térmica em 2 milhões de casas, mas não temos nenhuma garantia, não sabemos se aquilo não vai explodir em 5 ou em 20 anos. Dizem que a garantia é de 20 anos, mas a maior parte delas não tem garantia. Aí, os mais pobres vão colocar a energia solar térmica, mas não sabem se vai funcionar, não sabem se vai haver garantia técnica. E nós não temos laboratórios suficientes para dar garantia a essa política pública.

Vamos ter reuniões com o INMETRO e com a Caixa Econômica Federal para falar sobre a preparação de centros científicos e tecnológicos no País. Haverá um encontro no dia 8 de abril e vamos fazer um grande evento em agosto, sobre as energias renováveis.

Quero fazer chegar a todos, depois, duas publicações que coordenei, sobre essas áreas, para que possamos verificar uma das áreas. Não estou dizendo que tem de ser tema. Mas é uma das áreas do rol de preocupações, de resposta ao pré-sal, de resposta à energia nuclear. Efetivamente, o Brasil tem as melhores condições do mundo, pela quantidade de Sol, pela quantidade de vento, pela quantidade de água, pela quantidade de biomassa que se produz no País com a agricultura, para se transformar em referência mundial na área de energia limpa e renovável, com uma perspectiva não só ambiental, mas também econômica, social e tecnológica, para exportar para o mundo inteiro.

É uma área que me animaria, além de outras áreas, a fazer o debate, ou no âmbito de uma Comissão, ou aqui. Não precisamos decidir, mas esse é um dos pontos sobre o qual eu acho que devemos acumular as discussões, se houver consenso e consentimento.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Deputado Pedro, V.Exa. propõe duas questões fundamentais. V.Exa. é engenheiro?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Não. Eu sou historiador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Muito bem. O Deputado Luciano Moreira é um grande engenheiro.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - O meu filho é.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Eu gostei muito da sua exposição. Gostei muito da primeira parte, sobre a necessidade de regulamentação do diploma desses alunos.

Quantos alunos estão frustrados hoje? Tratei desse assunto com muita força na Legislatura passada: fui até o Ministro Fernando Haddad; depois, fui até o Secretário de Educação Superior do MEC. E consegui convencê-los a marcarem uma prova. Fui mais além: perguntei por que não se examinava o diploma e se mandava complementar as matérias que não estão no currículo brasileiro. Seria muito mais prático.

Eu considero esse assunto importantíssimo. Sou formado pela Universidade Federal de Pernambuco. Fui aluno laureado da turma, modéstia à parte. Sempre estudei em escola pública. Gosto muito de escola pública. Mas eu acho que aqueles que foram para a Argentina, por exemplo, que tem uma escola de alto nível, e para Cuba, que tem uma escola de alto nível, e para a Bolívia — Cochabamba e La Paz —, também tem direito a isso.

Em segundo lugar, eu gosto muito de marco regulatório. Vou abrir mão da minha proposta e submeter a proposta do marco regulatório da energia renovável, que achei importantíssimo. No momento em que o mundo discute o problema da energia nuclear, é importante que o Brasil aproveite a sua potencialidade nesse setor e dê a sua contribuição.

Deputado Pedro, vou propor aqui a aprovação do marco regulatório da energia renovável no Brasil. Vamos tratar desse assunto. Dois temas foram aprovados até agora. O tema que sugeri eu retirei.

O SR. DEPUTADO LUCIANO MOREIRA - Sr. Presidente, agora como membro efetivo indicado pelo meu partido, quero reafirmar a minha satisfação e iniciar a convivência com este grupo seleta, pessoas de profundo conhecimento e de



profundo comprometimento, o que acho muito importante. Acho que esse é o lado prazeroso, não que os outros não sejam também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - É verdade.

O SR. DEPUTADO LAUREZ MOREIRA - E eu entendi perfeitamente a vibração de V.Exa. neste Conselho: creio ser devida à produção científica, ao acompanhamento, ao lastreamento da Consultoria da Câmara, pelo nível dos especialistas que estão à disposição deste Conselho.

Então, quero dizer da minha imensa satisfação.

Em segundo lugar, quero reafirmar o que disse na reunião anterior como convidado. Eu abordei a questão da logística como uma preocupação nossa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Foi. E ela é importante também.

O SR. DEPUTADO LUCIANO MOREIRA - E reafirmo a questão da logística porque surgiu um fato novo ontem, na Confederação Nacional da Indústria. A convite do Presidente da CNI, participei do lançamento do programa de investimentos na Região Norte, sobre o corredor de exportação do Brasil, que aparentemente se refere ou está preso à Região Norte — à Amazônia Legal, melhor dizendo, porque abrange parte do Maranhão —, mas que tem um vínculo muito forte com as Regiões Sudeste e Sul, pelos gargalos da questão portuária, com base naquilo que está configurado, que nos próximos 10 anos poderemos enfrentar um apagão portuário por falta de investimento, por falta de uma política para o transporte intermodal. Temos de aproveitar os recursos naturais poderosos que temos, principalmente na região amazônica e nos portos, como ocorre no meu Estado, o Maranhão, cujo Porto do Itaqui tem o maior calado do Brasil, com 23 metros, onde atracam navios de grandes proporções.

Dentro desse contexto dos investimentos, objeto dos estudos da empresa de consultoria contratada por todas as Federações das Indústrias da Amazônia Legal — são nove Estados —, projetou-se o volume de investimentos: algo em torno de 50 bilhões de reais. E a taxa de retorno surpreendeu os sete Governadores que estavam ontem na Confederação Nacional da Indústria: a um curtíssimo prazo, pela dimensão, pela qualidade dos investimentos, o impacto direto alcança os portos que hoje são problema para o País, do ponto de vista dos gargalos, principalmente no



período de exportação de grãos, como a soja e o milho. Os Portos de Santos e Paranaguá ficam sobrecarregados, às vezes, prejudicando até uma vocação que poderia ser mais seletiva, ou seja, a exportação de contêineres. De lá estão sendo exportados 83% dos grãos, principalmente da soja do Brasil, para uma região que produz apenas 26%, enquanto as Regiões Norte e Nordeste, saídas estratégicas, corredores determinantes — Porto Velho, Santarém, Belém, São Luís —, exportam apenas 86%, para uma produção de grãos em torno de 26%. Quer dizer, é uma inversão absolutamente incoerente, por falta de uma política de investimentos na logística e de uma política de definição da integração modal da região.

Então, quero reafirmar isso porque o estudo surpreendeu todos, pelo impacto que poderia ser desenvolvido como solução. Mas não vemos, por parte do Governo Federal, ainda com muita clareza... A nossa Presidente tem falado da questão das ferrovias — e está em fase de conclusão a Ferrovia Norte-Sul; a Estrada de Ferro Carajás está em processo de duplicação — e das hidrovias, mas ficam alguns vazios.

Por exemplo: foi concluída recentemente a Hidrelétrica de Estreito, no Maranhão, mas não foi prevista uma eclusa que tornasse o rio navegável, como tem acontecido em outras hidrelétricas. Isso por falta de integração e de um olhar diferente para essa questão da logística, pois é um problema muito sério que vamos enfrentar nos próximos 10 anos.

A Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária também trata do assunto. Estive com a Senadora Kátia Abreu, que fez um trabalho que aponta para esse risco do apagão portuário como uma coisa extremamente preocupante.

Eu submeto esta proposta porque creio que é uma preocupação de todos nós, de todos os Estados do Brasil, a questão da logística. Adiantei ao Presidente da Confederação Nacional da Indústria, aos presidentes de Federações, que estaria trazendo o tema a este Conselho. E ele colocou a Confederação Nacional da Indústria à disposição para apresentar a este colegiado o resultado dessa problemática da infraestrutura. E pediu que este Conselho lidere, caso o tema seja acomodado como um tema estratégico, assim como a Comissão de Finanças e Tributação, a divulgação desse estudo. Daí poderia haver desdobramentos, iniciativa



de propostas de lei, algo que pudesse alcançar inclusive a questão do marco regulatório, que tem impacto direto na questão portuária, por exemplo.

Há 7 anos se fala em construir no Porto do Itaquí, que poderá ser o maior porto do Brasil em termos de condições estratégicas, pela sua capacidade de operar navios de grande porte, um terminal de grãos com capacidade para 15 milhões de toneladas. Hoje se exportam apenas 1 milhão e 900 mil toneladas. Mas, por falta de clareza sobre o marco regulatório ou sobre as Parcerias Público-Privadas, não há nos investidores a segurança para realmente participar de investimento desta natureza, estratégico para o Brasil.

Então, queria colocar também essa questão da logística, considerando este contexto que já está estudado e levantado pela Confederação Nacional da Indústria, como um tema a ser submetido a este colegiado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Quero saudar o nosso colega Deputado Fernando Ferro, que desde o mandato anterior faz parte deste Conselho. Mesmo sendo Líder do PT, sempre participou das nossas reuniões, dando uma contribuição importantíssima aos trabalhos deste órgão técnico. É um dos bons quadros da Casa, sem sombra de dúvida, conhecedor profundo do sistema hidrelétrico brasileiro, como pouca gente, e do setor elétrico.

Lembro que a Presidente Dilma, quando era Ministra de Minas Energia, marcava reunião conosco às 10 horas da noite no Ministério. Eu ia com o Deputado Fernando Ferro, e discutíamos o modelo energético em estudo na época.

Por enquanto, vou colocar em discussão dois assuntos e passar a palavra ao Deputado Jesus Rodrigues. Padre José Linhares saiu, e talvez mande este assunto para a Comissão de Seguridade Social, especializada nisso. Agora, o marco regulatório da energia renovável eu acho que é matéria que merece estudo aprofundado, como também o estudo da logística. Eu vou colocar em discussão os dois assuntos, sem prejuízo de qualquer outro que seja proposto.

O SR. DEPUTADO JESUS RODRIGUES - Sr. Presidente, eu estou aqui me somando ao nosso companheiro Pedro Uczai nessa questão do marco regulatório da energia renovável.

Vou tentar pautar o meu mandato aqui na Câmara dos Deputados, este meu primeiro mandato parlamentar, o meu primeiro mandato eletivo, pela defesa do



biocombustível através da agricultura familiar. E sabemos que já está aqui essa questão dos biocombustíveis.

O outro campo de atuação será a questão do lixo. Já foi regulamentada a questão dos resíduos sólidos, mas nós sabemos que é possível aproveitar essa questão do lixo na área da energia — biomassa e gases, se forem tratados corretamente. Aliás, uma questão que ainda não está regulamentada é a da incineração, para aproveitamento como energia térmica, transformada em energia elétrica.

É uma questão complicada porque, em países como a Alemanha e a França, não há quem incluir a partir da coleta; não há catadores de lixo. Então, incinerar pode ser uma solução, mas aqui no Brasil o lixo não é adequadamente tratado, nem por coleta, nem por incineração, de nenhuma maneira. E também é uma forma de geração de energia.

Então, sinto-me incluído nessa questão do marco regulatório da energia renovável. Mas peço, se for possível, que seja incluída como capítulo essa questão do lixo e — novamente se for possível — essa questão dos biocombustíveis. Eu me sentiria mais contemplado ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Quero dizer ao Deputado Jesus Rodrigues que tem muita razão.

Não sei no Sul e no Sudeste, mas no Nordeste, sobretudo em meu Estado, na entrada ou na saída de cada Município há um lixão, à margem da estrada, à margem da BR. É uma coisa que nos constrange muito, porque contamina os nossos reservatórios, os nossos riachos, os nossos rios. É um problema horrível.

O problema, meu caro Newton Lima, é que o Governo defendeu o modelo de consórcios de Municípios, para que quatro, cinco ou seis Municípios se reunissem e colocassem o lixão só num Município, para ser, aí sim, totalmente reciclado e transformado em energia. Aproveitariam o plástico, que seria triturado e vendido à indústria plástica de novo, e assim por diante. A garrafa seria selecionada de um lado; os alimentos que sobram, de outro.

Esse assunto merece estudo aprofundado. Caso contrário o Brasil terá problemas muito grandes com o lixo doméstico.

Com a palavra o Deputado Fernando Ferro.



O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Sr. Presidente, nós aprovamos uma legislação sobre resíduos sólidos recentemente, que define claramente toda a sistemática de tratamento, reciclagem e reuso. E o fato que está claro na legislação é o de que os Municípios têm 5 anos, a partir de 2010, para se enquadrar nessa sistemática. Então, aqueles lixões da nossa região vão ter de desaparecer e dar lugar a estações de tratamento ou de uso e de processamento de resíduos sólidos.

Então, seria interessante — talvez fosse o caso — fazer uma discussão sobre a implementação da legislação e alguma regulamentação que falte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Ótimo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Mas a legislação já está prevendo isso. E há um cronograma que vai impactar os Municípios — eles serão chamados à responsabilidade. Não se pode mais jogar lixo em qualquer lugar. Essa lei prevê isso. E os Municípios têm 5 anos para se enquadrar nesse marco legal que foi aprovado.

Foram citadas aqui as possibilidades de manejo, uso e reuso, de reciclagem dos resíduos, inclusive com aproveitamento energético e outros processos de reciclagem, mas nós sabemos que não é uma coisa simples a implantação de uma planta de uso de resíduos das cidades para geração de energia. O Rio de Janeiro, se não me engano, tem uma experiência.

Aliás, houve aqui um debate, por ocasião da apreciação do projeto de lei das fontes renováveis de energia, o PL 630. Quero aproveitar para dizer que esse projeto de lei foi aprovado na Comissão e, a pedido de um grupo de Parlamentares, atendendo a uma solicitação de grupos de termelétricas, foi levado ao plenário. Nós estamos tentando agora — só falta uma assinatura — retirar esse processo, para o projeto ir ao Senado. Nessa legislação também estão previstos alguns procedimentos de energia renovável, dentre os quais o uso do lixo — incentivos e outros procedimentos que teriam de ser feitos nessa área.

De fato, é uma empreitada que cai muito bem para um processo de consórcio municipal, porque é um empreendimento caro, com certos custos. E as pequenas cidades, principalmente,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Têm dificuldade.



O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - ... têm dificuldades de implantação. Agora, como a legislação prevê e dá um prazo de 5 anos para as cidades se adaptarem, vai haver repercussões para a nossa região, especialmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Foi muito importante a informação.

Hoje o lixo orgânico é utilizado como adubo. E a proposta do Deputado Jesus é de que seja utilizado como fonte energética.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Lixo como energia.

Deputado Fernando, V.Exa. deu uma informação importante. Eu gostaria de agradecer a V.Exa. Foi fundamental dizer isto: o prazo é de 5 anos. Então, os Municípios vão ter de se adaptar a isso. É uma lei.

Agora, por Nossa Senhora, deem-me uma lista desse pessoal, porque precisamos tirar uma assinatura para mandarmos ao Senado Federal. Por favor.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Então, mande tirar essa assinatura, para mandarmos ao Senado Federal. Isso é urgente. Isso é premente.

Eu quero saudar o Deputado Waldir Maranhão, que foi Reitor da Universidade Estadual do Maranhão e também é membro deste Conselho desde a Legislatura passada.

Quem mais deseja usar a palavra?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Deputado Inocêncio, eu havia apresentado, em reuniões passadas, a sugestão de que este coletivo fizesse uma investigação, um estudo sobre a questão da energia nuclear, inclusive porque existe uma política nacional de expansão das usinas nucleares na matriz energética brasileira. E, em função dos acontecimentos no Japão, isso está provocando uma série de reações naturais, muito compreensíveis, e questionamentos.

Eu acho que está na hora de promovermos um debate sobre o assunto. Eu fiz hoje à Comissão de Minas e Energia uma solicitação de audiência com outros Parlamentares para debatermos a questão da segurança nas plantas nucleares brasileiras e, posteriormente, com a representação do Governo, a política de expansão de plantas nucleares. O Brasil prevê a implantação de oito usinas



nucleares, e há uma gritaria geral para sustar isso. Eu acho que é muito precipitado. É evidente que, num momento de comoção como este...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - É lógico.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - ... e de uma crise internacional, de catástrofe natural, e os processos que decorreram disso — evidentemente, diante do risco que está correndo o Japão —, levanta-se uma série de preocupações naturais, típicas de um momento de desastres como este.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Deputado Fernando, permita-me.

Um pouquinho antes de V.Exa. chegar, por coincidência, eu abordei esse tema na Comissão de Ciência e Tecnologia, hoje pela manhã. E ficou aprovado o convite ao Presidente da CNEN. Mas depois descobrimos que V.Exa. fez o mesmo requerimento em outra Comissão.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Na Comissão de Minas e Energia. E a Comissão de Meio Ambiente também fez.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Então, o Presidente da nossa Comissão, o Deputado Bruno Araújo, vai procurar o Presidente da Comissão de Minas e Energia para, à luz dos nossos dois requerimentos — já fizemos o convite, e este Conselho também receberá o convite —, o Presidente da CNEN nos contar se há algum perigo e dizer qual é a diferença tecnológica dos reatores japoneses — que são americanos, na verdade, já de alguns anos, das décadas de 50 e 60...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - São antigos.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - São antigos.

Se nós temos de nos preocupar com questões assemelhadas, se o processo de refrigeração dos reatores é assemelhado, enfim.

Só quis aproveitar a sua fala para mostrar-lhe a coincidência, diante do que aconteceu hoje pela manhã, e dizer que já é um passo adiante que nós estamos dando para o enfrentamento dessa questão.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Exato. Seria a primeira etapa do debate uma audiência pública, mas eu acho que nós poderíamos produzir — e este é um espaço mais tranquilo para fazer o debate — um documento sobre essa realidade do Brasil, inclusive para tranquilizar um pouco mais até a própria Casa.



Eu acho — e todo mundo sabe disso — que, quando não há informação, o ambiente, o clima para pânico, para histeria, para desinformação favorece um tipo de discurso que, embora muitas vezes até bem sustentado por emoções, carece completamente de razões técnicas e científicas.

É uma conquista da humanidade o domínio da fissão atômica, dos processos de uso pacífico da energia nuclear, do seu uso medicinal. E, a prevalecer essa lógica, o uso pelos hospitais de radioisótopos, de equipamentos que têm componentes radioativos, de elementos radioativos, será totalmente condenado.

A histeria leva a um debate totalmente descabido. Então, nós temos de fazer um debate mais responsável. Pessoalmente, sou favorável ao uso da energia nuclear para geração de energia elétrica, mas é evidente que reconheço que temos de fazer um debate sobre os riscos. O acidente que aconteceu recentemente revela que nós temos de discutir esse assunto, até porque a sociedade está cobrando isso. O assunto cria pânico, medo, ansiedade, toda uma desconfiança.

Eu acho que nós poderemos contribuir. E nada melhor do que chamar aqui pessoas da SBPC, da própria CNEN, do mundo acadêmico, pesquisadores, para falar sobre essas questões, para trazer informações sobre o que está acontecendo no desenvolvimento dessas tecnologias associadas ao uso da energia nuclear, nos processos que já utilizam corriqueiramente produtos à base de elementos radioativos.

Nós poderíamos até, na sequência, organizar esta discussão. Poderíamos marcar uma audiência com algumas pessoas que pudessem falar com mais competência sobre os riscos e as precauções que nós temos de tomar em relação a isso.

De minha parte, quero também avisar que está sendo programada uma visita à Usina de Angra. Foram convidados os Deputados que estiverem interessados, lá na Comissão de Minas e Energia. Eu até solicitei que o convite fosse estendido às Comissões de Meio Ambiente e de Ciência e Tecnologia, para um grupo de Parlamentares visitar essas instalações e obter mais informações no próprio local.

Por último, sabemos que Itacuruba, a nossa cidade lá do sertão, foi escolhida como um dos sítios prováveis para implantação de uma planta nuclear. Só que em Pernambuco há um problema: colocou-se na Constituição Estadual que lá não



seriam construídas plantas nucleares. Eu falei com o Governador, que me parece vai propor uma emenda à Constituição Estadual para revogar isso, se o Estado quiser participar do grupo que está disputando a usina nuclear, composto por Sergipe, Bahia, se não me engano, Alagoas e Pernambuco. Não sei se continuam interessados, depois dos últimos acontecimentos.

De qualquer forma, é parte da preocupação deste coletivo a discussão desse tema. E poderíamos fazê-la com uma certa rapidez, diante dessa realidade que agora aflige o mundo devido ao problema no Japão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Quantas usinas nucleares há no mundo para geração de energia? Houve o problema de Chernobyl, que foi um negócio assim... E agora esse novo problema, no Japão. Mas, na França, 80% da energia elétrica é de origem nuclear e nunca houve um acidente. Nunca! A Alemanha, que nunca teve um acidente, mandou desligar sete usinas, que produziam 23% da energia elétrica do país, para fazer uma revisão. Elas estavam há 30 anos em funcionamento e nunca tiveram o menor problema. Mas a Ministra Angela Merkel mandou desligar, por precaução, para fazer uma investigação.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Então, acho que está havendo pânico.

Fernando foi ao fulcro da questão. Está havendo pânico. Vejo em Pernambuco muita gente questionando sobre Itacuruba, uma cidade de 5 mil habitantes, na margem do São Francisco. A energia nuclear é gerada usando água do mar — a usina no Japão usava água do mar — ou água de rio. Cercam uma área, que fica isolada para refrigerar a usina e para transformar água fria em vapor, e o vapor produz energia. Esse é um modelo. Deve haver dezenas de modelos diferentes que ainda não sabemos. Por isso é interessante pelo menos esta audiência pública. Vamos ver o que vai produzir a Comissão lá, para depois irmos por esse caminho, para não fazermos paralelismo com outras Comissões.

Com a palavra o Deputado Waldir Maranhão.

O SR. DEPUTADO WALDIR MARANHÃO - Sr. Presidente, primeiro quero justificar meu atraso e falar da minha expectativa ao retornar a este Conselho.



Imaginem, Deputados Luciano Moreira — cearense que prestou grandes serviços ao meu Estado, o Maranhão, e hoje é um dos seus representantes aqui — Inocêncio Oliveira, Fernando Ferro, que hoje acordei cedo para me inscrever no Pequeno Expediente. Fazia muito tempo que não adotava essa prática. Estava chegando o momento de eu falar, e eu entrei no seguinte conflito: ficar lá ou vir para cá, prestigiar o Conselho. Acabei me rendendo ao Conselho, por entender que aqui nós temos um espaço plural e um fato concreto para fazermos da ementa um ementário, como no caso do Japão.

Pelo seu aspecto geopolítico, pela sua relação com o Pacífico, certamente, aquele país deu uma demonstração para o mundo de que, em que pesem os fenômenos da natureza, de forma preventiva, pedagógica, científica, ele está preparado para reduzir aqueles impactos. Isso prova que onde há conhecimento, onde há tecnologia, onde há inovação, certamente, há possibilidade de as sociedades crescerem.

Acredito ser importante discutirmos a política nuclear nacional para a conhecermos, visando a traduzir para a sociedade, para o senso comum, o estágio em que nos encontramos, como estamos preparados e realmente dar sentimento democrático a essa realidade.

Mas certamente, nós temos de continuar salvando vidas, e os estudos apontam para a necessidade cada vez mais presente do apoio nuclear à Medicina. Portanto, é impossível a sociedade viver hoje sem esse instrumento.

Eu quero levar isso mais para a vertente do papel da educação e do conhecimento. Precisamos ter um país que vincule esse crescimento a sua realidade e ao seu PIB nacional. Está aí um bom debate, porque este Conselho traduziu o sentimento das ruas, quando colocou a pobreza nacional como razão da necessidade de travarmos um bom embate quanto à capacitação tecnológica da população.

Peço desculpas por não ter participado do início da explanação dos expositores. Mas entendo que, a partir da experiência do Japão, com o que todos somos solidários, poderemos fazer do limão uma boa limonada e trazer temas como esse para o debate, pois eles vão além do acontecido no Japão a partir da sua crise.



No meu Estado, nós temos uma riqueza no fundo do mar que precisa ser debatida. São os nossos (*ininteligível*), as algas marinhas que morrem e formam um balcão. Nós temos que travar um debate com os ambientalistas. O Maranhão pode sair da condição de importador de adubo, para melhorar o solo, porque ele tem condições de fazer aquilo que a França já faz com competência, mas o meu Estado e o Brasil não fazem.

Faço uma comparação entre uma coisa e outra — ouviu, Deputado Fernando Ferro, V.Exa. que é um líder e participa ativamente dos debates? —, numa grande salada, mas é porque entendo que é papel, sim, deste Conselho deixar aflorar os nossos pensamentos, traduzindo sempre inquietações naturais do processo parlamentar.

Portanto, bem-vindos aqueles que estão chegando ao Conselho. Vamos continuar dando a nossa contribuição.

Gostaria de fazer apenas uma retificação: fui Reitor da Universidade Estadual do Maranhão por duas vezes, e, não por acaso, o Luciano também o foi.

Deixo aqui o meu registro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - O Conselho funciona de 15 em 15 dias. Se houver necessidade, devido aos temas aprovados, nós funcionaremos toda quarta-feira.

Consulto o Deputado Félix Mendonça sobre se deseja fazer uso da palavra.
(*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Não.

Consulto o nosso visitante e meu convidado Marcos Feliciano sobre se deseja fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

Agradeço a todos a participação.

Cada vez mais me empolgo com este Conselho, porque temos aqui um aprendizado. Só faço aprender a cada reunião. Aprendo principalmente com os colegas.

Graças a Deus, aprendo neste Conselho. Eu me realizo neste Conselho. Eu só vou para a Mesa Diretora para ser deste Conselho. Se não, eu não seria da Mesa Diretora. Quem já foi Presidente, 1º Vice-Presidente duas vezes, 1º Secretário duas vezes, 2º Vice, enfim, quem já foi tudo, Líder por 8 anos, cinco vezes escolhido o



Parlamentar mais influente do Brasil, não tem mais nada a sonhar. Mas eu tenho entusiasmo por este Conselho, pois não há uma reunião em que não aprendo. Eu aprendo. Aqui há um aprendizado. Eu compareço com entusiasmo muito forte, porque este é o foro apropriado para discutirmos os problemas nacionais.

Em votação os 2 temas: marco regulatório da energia renovável e logística.

(Pausa.)

Por unanimidade aprovados.

Está encerrada a reunião.